

Na despedida do Senado, Cardoso dirá o que quer mudar na Carta

As lideranças políticas querem pegar carona na ida de Fernando Henrique Cardoso ao Congresso na próxima quarta-feira — quando fará seu discurso de despedida como senador — para aprovar os projetos polêmicos em pauta e consolidar a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Da tribuna do Senado, o presidente eleito vai apresentar as linhas da reforma constitucional que submeterá ao novo Congresso, o que funcionará como um atrativo a ser usado pelos líderes partidários para garantir quórum alto na Câmara e Senado.

Os líderes estão preocupados, no entanto, com o esvaziamento repentina do Congresso na quinta-feira, quando os parlamentares voltam aos seus estados de origem para participar da diplomação dos governadores eleitos. Para isso, o Governo traçou uma estratégia e vai investir na reunião de líderes marcada para a terça-feira (13). Tentará um acordo de cavalheiros para que os projetos polêmicos, e de seu interesse, sejam votados até à noite seguinte, sem que nenhum partido peça verificação de quórum. É que ao final do discurso de Fernando Henrique já se espera a revoada dos parlamentares. "Quando se trata de projetos importantes, um acordo simplifica muito", avaliou o líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP).

Orçamento — Mesmo com todo o empenho das lideranças, a folga de fim de ano dos parlamentares será encurtada por causa dos atropelos da relatoria do projeto de Orçamento. A despeito da insistência do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), ninguém mais acredita que o parecer, que está sendo refeito, passará pela Comissão Mista a tempo de chegar ao plenário pa-



Discurso de despedida do senador e presidente eleito Fernando Henrique Cardoso ajudará a dar quórum

ra votação ainda nesta semana. "A votação do Orçamento deve prorrogar as atividades do Congresso até o dia 20, mas se garantirmos o quórum, o restante aprovamos essa semana", previu o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS).

A aprovação do projeto de lei de concessões do serviço público, pelo plenário do Senado, está praticamente certa, com o entendimento entre os partidos costurado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), vice-presidente eleito. O Governo quer votar o substitutivo da Câmara como está e enviar, em forma de Medida Provisória, as mudanças feitas ao projeto original do senador Fernando Henrique. O esforço do

Governo tem outros alvos: a autorização pelo Senado de 10 embaixadores indicados e a aprovação do projeto de lei da deputada Rita Camata, que fixa em 65% o teto de gastos da União com a folha de pagamento.

Anistia — A reunião de líderes é também a peça-chave para a aprovação da anistia a Lucena e outros 15 parlamentares denunciados à Justiça Eleitoral por imprimir material de campanha na gráfica do Senado. "Se sair um entendimento razoável, a anistia está garantida", disse o líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), cujo partido formalizou o apoio ao projeto aprovado pelo Senado. Lucena garantiu também o apoio dos

dirigentes do PFL, depois de conversas com o ex-governador Antônio Carlos Magalhães e seu filho, Luís Eduardo, líder da bancada na Câmara.

A resistência ao projeto de anistia na Câmara está restrita a alguns partidos de oposição, minoria na Casa, que ainda ameaçam com as táticas de obstrução da votação. Também acusado de imprimir 3.400 cadernos no início do ano, sobre sua atuação na Comissão Especial sobre o Sistema Financeiro Nacional, o deputado José Fortunatti (PT-RS), líder de uma bancada de 35 parlamentares, mantém-se disposto a derrubar o projeto. Tem o apoio da bancada do PL, restrita a 16 deputados. (AE)